

O MUNDO ATÉ ONTEM

Jared Diamond

SUMÁRIO

Lista de figuras e tabelas 11

Prólogo: No aeroporto 13

Uma cena de aeroporto • Por que estudar sociedades tradicionais?
• Estados • Tipos de sociedades tradicionais • Abordagens, causas
e fontes • Um livro conciso sobre um tema amplo • Plano do livro

PARTE 1: DIVIDINDO ESPAÇOS PARA ORGANIZAR O CENÁRIO

Capítulo 1: Amigos, inimigos, estranhos e comerciantes 55

Uma fronteira • Territórios mutuamente excludentes • Uso não
excludente da terra • Amigos, inimigos e estranhos • Primeiros
contatos • Comércio e comerciantes • Economias de mercado •
Formas tradicionais de comércio • Itens tradicionais de comércio
• Quem comercializa o quê? • Nações minúsculas

PARTE 2: PAZ E GUERRA

Capítulo 2: Compensação pela morte de uma criança 105

Um acidente • Uma cerimônia • E se...? • O que fez o Estado •
Compensação na Nova Guiné • Relações que duram a vida toda
• Outras sociedades de não Estado • A autoridade do Estado
• Justiça civil estatal • Falhas na justiça civil estatal • Justiça
criminal estatal • Justiça restaurativa • As vantagens e seu preço

Capítulo 3: Um breve capítulo sobre uma guerra minúscula 153

A guerra dos danis • Cronologia da guerra • O número de mortos na guerra

Capítulo 4: Um capítulo mais longo sobre muitas guerras 165

Definições de guerra • Fontes de informação • Formas de guerras tradicionais • Taxas de mortalidade • Semelhanças e diferenças • Ponto fim ao estado de guerra • Efeitos do contato com europeus • Animais belicosos, pontos pacíficos • Motivos da guerra tradicional • Razões últimas • Contra quem as pessoas lutam? • Esquecendo Pearl Harbor

PARTE 3: JOVENS E VELHOS

Capítulo 5: Educando as crianças 219

Comparações de práticas de educação infantil • Parto • Infanticídio • Desmame e intervalo entre nascimentos • Amamentação por livre demanda • Contatos entre bebês e adultos • O papel do pai e de outros cuidadores • Respostas ao choro de bebês • Punição física • Autonomia das crianças • Grupos de recreação multietários • Brincadeiras infantis e educação • Os filhos deles e os nossos

Capítulo 6: O tratamento de pessoas idosas: cuidar, abandonar ou matar? 263

Os idosos • Expectativas quanto ao cuidado dos idosos • Por que abandonar ou matar? • A utilidade dos idosos • Valores da sociedade • As regras da sociedade • Melhor ou pior hoje? • O que fazer com os idosos?

PARTE 4: PERIGO E RESPOSTA

Capítulo 7: Paranoia construtiva 303

Atitudes diante do perigo • Uma visita noturna • Um acidente de barco • Apenas um galho no chão • Correndo riscos • Riscos e tagarelice

Capítulo 8: Leões e outros perigos 341

Perigos da vida tradicional • Acidentes • Evitar e vigiar • Violência humana • Doenças • Respostas a doenças • Morte por inanição • Insuficiências imprevisíveis de alimentos • Disperse suas áreas de cultivo • Sazonalidade e armazenamento de alimentos • Diversificação da dieta • Agregação e dispersão • Respostas ao perigo

PARTE 5: RELIGIÃO, LÍNGUA E SAÚDE

Capítulo 9: O que as enguias-elétricas nos dizem sobre a evolução da religião 397

Perguntas sobre religião • Definições de religião • Funções e enguias-elétricas • A busca de explicações causais • Crenças sobrenaturais • A função explicativa da religião • A religião como aplacadora de ansiedades • A religião como provedora de consolo • Organização e obediência • Códigos de comportamento com estranhos • Justificação da guerra • Insígnias de comprometimento • Medidas de sucesso religioso • Mudanças nas funções da religião

Capítulo 10: Falando em muitas línguas 453

Multilinguismo • Total de línguas no mundo • Como as línguas evoluem • Geografia da diversidade linguística • Multilinguismo tradicional • Benefícios do bilinguismo • a doença de Alzheimer • Línguas em extinção • Como as línguas desaparecem • Línguas minoritárias são prejudiciais? • Por que preservar as línguas? • Como proteger as línguas?

Capítulo 11: Sal, açúcar, gordura e sedentarismo	501
Doenças não transmissíveis • Nossa ingestão de sal • Sal e pressão arterial • Causas da hipertensão • Fontes de sal na dieta • Diabetes • Tipos de diabetes • Genes, ambiente e diabetes • Índios pimas e ilhéus de Nauru • Diabetes na Índia • Benefícios dos genes para o diabetes • Por que o diabetes é baixo entre europeus? • O futuro das doenças não transmissíveis	
Epílogo: Em outro aeroporto	553
Da selva para a 405 • Vantagens do mundo moderno • Vantagens do mundo tradicional • O que podemos aprender?	
Agradecimentos	573
Leituras complementares	577
Índice	591
Créditos das imagens	

CAPÍTULO 1

AMIGOS, INIMIGOS, ESTRANHOS E COMERCIANTES

**Uma fronteira • Territórios mutuamente excludentes • Uso não
excludente da terra • Amigos, inimigos e estranhos • Primeiros
contatos • Comércio e comerciantes • Economias de mercado •
Formas tradicionais de comércio • Itens tradicionais
de comércio • Quem comercializa o quê?
• Nações minúsculas**

Uma fronteira

Em grande parte do mundo atual, os cidadãos de muitos países podem viajar livremente. Não enfrentamos nenhuma restrição para viajar dentro de nosso próprio país. Para cruzar a fronteira e entrar em outro país, ou podemos chegar sem nos anunciar e apenas mostrar nosso pasaporte (imagem 34), ou precisamos obter um visto antecipadamente para podermos viajar sem restrições em outro país. Não precisamos pedir permissão para viajar em estradas ou em terras públicas. As leis de alguns países chegam a garantir acesso a algumas terras particulares. Na Suécia, por exemplo, um proprietário de terra pode excluir o público de seus campos e jardins, mas não de seus bosques. Encontramos milhares de estranhos todos os dias e não damos nenhuma importância a isso. Vemos todos esses direitos como ponto pacífico, como coisa natural, sem refletir quão impensáveis eram eles em quase todas as partes do mundo ao longo da história humana, e ainda o são em algumas partes. Ilustrarei as condições tradicionais de acesso à terra com minhas experiências enquanto visitava uma aldeia nas montanhas da Nova Guiné.

Aquelas condições tradicionais nos prepararão o terreno para entendermos guerra e paz, infância e velhice, perigos e todos os outros traços das sociedades tradicionais que exploraremos no restante deste livro.

Eu estava na aldeia para fazer um levantamento de pássaros numa cadeia de montanhas que ficava imediatamente ao sul. No segundo dia após minha chegada, alguns habitantes locais se ofereceram para me guiar ao longo de uma trilha até o cume da montanha, onde eu instalaria um acampamento para minhas pesquisas. A trilha subia através de plantações até bem acima da aldeia, e depois entrava numa alta floresta primária. Após uma hora e meia de subida por um terreno íngreme, passamos por uma cabana abandonada no meio de uma pequena plantação coberta de mato, logo abaixo da crista da montanha. Naquele ponto, a trilha pela qual subíamos terminava em um entroncamento em T. À direita, uma boa trilha continuava ao longo da crista.

Depois de caminharmos centenas de metros na trilha, escolhi um ponto para acampar logo ao norte da crista, ou seja, no lado voltado para a aldeia de meus novos amigos. Na direção oposta, ao sul da trilha e da crista, a montanha exibia um suave declive de altas florestas atravessadas por um pequeno vale em cujo fundo corria um riacho que eu podia ouvir de onde estávamos. Fiquei encantado por encontrar um lugar tão belo e conveniente: no ponto mais alto da elevação, dava-me as melhores chances de encontrar espécies de pássaros de grande altitude; oferecia fácil acesso a um terreno apenas levemente inclinado e propício para observar os pássaros, e ainda contava com uma fonte de água próxima para beber, cozinhar, lavar e me banhar. Então propus aos meus companheiros que, no dia seguinte, eu transportaria minhas coisas para o novo acampamento e passaria algumas noites lá com dois homens que me ajudariam a localizar os pássaros e a cuidar do lugar.

Enquanto eu falava, meus amigos concordavam, até que mencionei os dois homens de que precisaria. Nesse momento, sacudiram a cabeça e insistiram que aquela era uma área perigosa e que meu acampamento precisaria ser protegido por muitos homens armados. Que terrível perspectiva para um observador de pássaros! Se houvesse muitas pessoas, elas inevitavelmente fariam barulho, conversariam

constantemente e assustariam os pássaros. Por que, perguntei, eu precisaria de uma escolta tão grande, e o que havia de tão perigoso naquela bela e tranquila floresta?

A resposta veio prontamente: no lado mais distante ao sul, ao pé das montanhas, havia aldeias de pessoas más às quais meus amigos se referiam como o povo do rio e que eram suas inimigas. O povo do rio matava o povo da montanha principalmente por envenenamento e magia, não em embates diretos com armas. Mas o bisavô de um jovem do povo da montanha havia sido morto com flechas enquanto dormia numa cabana em sua plantação, a pouca distância da aldeia. O homem mais velho presente durante nossa conversa recordou-se de ter visto, quando criança, o corpo do bisavô quando foi levado para a aldeia, ainda com as flechas, e lembrou-se das pessoas chorando sobre o corpo e do medo que sentira.

Será que teríamos o “direito” de acampar na crista? O povo da montanha replicou que a linha da crista era justamente a fronteira entre seu próprio território na face norte e o território do povo mau do rio, na face sul. Mas o povo do rio demandava algumas das terras que ficavam no lado norte e que pertenciam ao povo da montanha. Aquela cabana abandonada pela qual havíamos passado, e a plantação, haviam sido feitas pelo povo do rio, como uma forma de reforçar sua reivindicação de terras tanto na face norte quanto na face sul da montanha.

A partir de experiências desagradáveis que eu já tivera com o que era percebido como transgressão de fronteiras territoriais na Nova Guiné, concluí que era melhor levar a sério a situação. De qualquer modo, independentemente de qual fosse minha própria avaliação do perigo, o povo da montanha não me deixaria acampar naquela área sem uma forte escolta. Exigiram que eu fosse acompanhado por doze homens, e fiz uma contraproposta de sete. Acabamos chegando a um “acordo” entre doze e sete. Mas, quando o acampamento ficou pronto, eu tinha cerca de vinte homens comigo, todos armados com arcos e flechas e acompanhados por mulheres encarregadas de cozinhar, buscar água e cuidar do fogo. Além disso, fui alertado para não sair da trilha que corria sobre a crista e, nem adentrar aquela atraente floresta que cobria

o suave declive sul. A floresta, sem sombra de dúvida, pertencia ao povo do rio, e seria um grande problema, realmente um grande problema, se eu fosse surpreendido lá, mesmo que apenas para observar pássaros. As mulheres no nosso acampamento também não poderiam buscar água no riacho próximo que corria na encosta sul, porque aquilo, além de invasão de terra alheia, seria considerado uma remoção de recursos valiosos e exigiria o pagamento de uma indenização — se, por sorte, a questão pudesse ser resolvida amigavelmente. Em vez disso, as mulheres desciam todos os dias até a aldeia e voltavam para o acampamento por uma escarpa vertical de quase quinhentos metros, carregando, cada uma, vinte litros de água.

Na minha segunda manhã no acampamento, houve uma situação que me deixou com o coração aos saltos e me ensinou como as relações territoriais entre o povo da montanha e o povo do rio eram muito mais complexas e tinham muito mais nuances do que inicialmente me parecera; estavam longe de se limitar a reivindicações explícitas de uso mutuamente excludente das terras do norte e do sul. Com um dos homens da montanha, voltei ao entroncamento em T da trilha e continuei para a esquerda ao longo da crista para limpar uma trilha antiga tomada pela vegetação. Meu companheiro da montanha não parecia preocupado por estarmos ali, e concluí que, ainda que o povo do rio nos encontrasse, não teria objeção a que estivéssemos andando ao longo da crista, desde que não passássemos para o lado das suas terras. Mas então ouvi vozes de pessoas que vinham subindo a montanha do lado sul. Epa, o povo do rio! Se continuassem subindo até a crista e chegassem ao entroncamento, veriam os sinais frescos da limpeza da trilha e nos localizariam. Estaríamos numa armadilha. Poderiam considerar que estávamos violando seu território, e quem sabe o que fariam então.

Fiquei escutando ansiosamente, tentando seguir os movimentos das vozes e estimar sua localização. Sim, de fato aquelas pessoas estavam subindo em direção à crista. Agora devem estar no entroncamento e não poderão deixar de notar os sinais de nossa trilha recente. Estariam vindo atrás de nós? Continuei seguindo as vozes à medida que se tornavam mais altas, embora as pancadas do coração em meus ouvidos quase

me impedissem de ouvi-las. Mas então as vozes mudaram de direção, e claramente estavam se afastando. Será que estavam retornando para o sul, em direção à aldeia do povo do rio? Não! Estavam descendo o lado norte em direção à *nossa* aldeia! Aquilo era incrível! Seria uma incursão de guerreiros? Mas parecia haver apenas duas ou três vozes, e bem altas: dificilmente o que se poderia esperar de um furtivo ataque surpresa.

Não tínhamos com que nos preocupar, explicou meu companheiro; tudo estava de fato muito bem. Eles, o povo da montanha, reconheciam o direito do povo do rio de descer a trilha do norte pacificamente até a aldeia e dali seguir até o litoral para comerciar. O povo do rio não tem permissão de sair da trilha para colher alimentos ou cortar madeira, mas andar na trilha era perfeitamente aceitável. Mais ainda: dois homens do rio haviam de fato se casado com mulheres da montanha e se mudado para a aldeia das esposas. Ou seja: não havia uma inimizade total e declarada entre os dois grupos, e sim uma trégua tensa. Algumas coisas eram permitidas e outras eram proibidas com consentimento mútuo, enquanto outras (como a propriedade da terra em que estavam a cabana e a plantação abandonadas) ainda eram um ponto de discórdia.

Passaram-se dois dias e não ouvi novamente as vozes do povo do rio. Não vira ainda nenhuma pessoa do grupo e não tinha nenhuma ideia de sua aparência física e de como se vestiam. Mas sua aldeia estava bem próxima, a ponto de eu uma vez ouvir o som de tambores vindo do riacho no lado sul da crista e, ao mesmo tempo, a distância, os sons de gritos na aldeia do povo da montanha, que ficava no lado norte. Uma vez, quando eu e meu guia caminhávamos de volta para o acampamento, brincávamos sobre o que faríamos se encontrássemos lá uma pessoa do povo do rio. Subitamente, quando dobramos num ponto da trilha e estávamos quase entrando no acampamento, meu guia parou de brincar, levou a mão à boca e me alertou num sussurro: “Sh-h-h! Povo do rio!”

Bem à nossa frente, em nosso acampamento, havia um grupo de nossos companheiros da montanha conversando com seis pessoas que eu nunca vira antes: três homens, duas mulheres e uma criança. Finalmente, eu via o temível povo do rio! Não eram os monstros perigosos que eu inconscientemente imaginara, mas guineenses perfeitamente

normais, em nada diferentes do povo da montanha com quem eu me hospedava. A criança e as duas mulheres estavam inteiramente à vontade. Os três homens carregavam arcos e flechas (assim como todos os homens da montanha), mas usavam camisetas e não pareciam estar vestidos para a guerra. A conversa entre os dois grupos parecia amigável e livre de tensões. Conforme fiquei sabendo em seguida, aquele grupo de pessoas do rio estava viajando para o litoral e decidira visitar nosso acampamento, talvez apenas para se garantir de que suas intenções pacíficas não seriam mal interpretadas e de que não os atacáramos.

Para o povo da montanha e o povo do rio, a visita era evidentemente uma parte normal de seu complexo relacionamento, que incorporava uma ampla gama de comportamentos: raros ataques furtivos seguidos de morte; com alguma frequência, supostos assassinatos por envenenamento e bruxaria; direitos recíprocos reconhecidos de fazer algumas coisas (como transitar em direção ao litoral e fazer visitas sociais), mas não outras (como coletar alimentos, madeira e água quando em trânsito); discordância a respeito de outras coisas (como a questão da cabana e da plantação) que às vezes irrompiam em violência; e ocasionais casamentos mistos, que ocorriam com a mesma frequência dos ataques com morte (a cada duas gerações, aproximadamente). Tudo isso entre dois grupos de pessoas que, para mim, tinham a mesma aparência, falavam línguas distintas mas relacionadas, entendiam a língua um do outro, descreviam-se mutuamente com termos reservados para sub-humanos maléficos e viam o outro como seu pior inimigo.

Territórios mutuamente excludentes

Em tese, as relações espaciais entre sociedades tradicionais vizinhas poderiam abranger todo um espectro de soluções, indo desde territórios excludentes não superpostos, com fronteiras definidas, patrulhadas e sem nenhum uso partilhado, até o livre acesso de todos a todas as terras, sem nenhum território excludente. Provavelmente, não existe nenhuma sociedade que corresponda inteiramente a nenhum desses casos, mas

algumas chegam perto do primeiro extremo. Por exemplo, meus amigos da montanha que acabei de descrever não estão longe disso: têm territórios com fronteiras definidas que eles patrulham, reivindicam posse exclusiva dos recursos dentro de seu território, permitem acesso a pessoas de fora apenas para trânsito, e são raros os casamentos mistos.

Outras sociedades que se aproximam do extremo de territórios excludentes incluem os danis (imagem 1) do Vale do Baliem nas terras altas do oeste da Nova Guiné, os iñupiats (um grupo inuíte*) do noroeste do Alasca, os ainus do norte do Japão, os yolngus (um grupo aborígine de Arnhem Land, no noroeste da Austrália), os índios chochones do vale Owens na Califórnia, e os índios ianomâmis que habitam o Brasil e a Venezuela. Por exemplo, os danis irrigam e cultivam plantações delimitadas por uma faixa de terra vazia que os separa das plantações do grupo dani vizinho. Cada grupo constrói do seu lado da “terra de ninguém” uma linha de torres de vigia de madeira, com até nove metros de altura, dispondo de uma plataforma no topo com tamanho suficiente para abrigar um homem sentado (imagem 13). Durante grande parte do dia, os homens se revezam no alto da torre. Alguns companheiros ficam sentados na base para proteger a torre e o vigia, que perscruta a área para detectar inimigos furtivos e dar o alerta no caso de um ataque surpresa.

Outro exemplo são os iñupiats do Alasca (imagem 9), formados por dez grupos com territórios mutuamente excludentes. Pessoas de um território que fossem surpreendidas em outro eram rotineiramente mortas, a menos que provassem sua relação com os donos do território em que haviam sido capturadas. As duas instâncias mais comuns de violação de território envolviam caçadores que cruzavam uma fronteira para não perder uma rena que estavam perseguindo, e caçadores de focas que caçavam em um banco de gelo que se rompia e era levado pela correnteza para longe da terra. Neste último caso, se o gelo à deriva se aproximasse novamente da terra e os caçadores, para se salvar, aportassem em ou-

*O povo ártico da América do Norte refere-se a si mesmo como inuítes, e esse é o termo a ser usado neste livro. O termo leigo mais familiar é esquimó.

tro território, seriam mortos. Para nós, que não somos iñupiat, isso parece uma injustiça cruel: aquele pobres caçadores haviam corrido um grande risco ao se lançarem ao mar em um banco de gelo que se partira, ficaram na iminência de morrerem afogados ou serem levados pelo mar, e quando tinham a grande sorte de serem trazidos de novo para a terra, sem nenhuma intenção de violar fronteiras, apenas levados inocente e passivamente por uma corrente marinha, ainda assim eram mortos, justamente no momento de sua salvação! Mas eram esses os costumes da vida iñupiat. No entanto, a exclusividade territorial não era completa: às vezes, pessoas de fora recebiam permissão para visitar o território com um propósito específico, como participar de uma feira comercial durante o verão, ou para atravessar o território com outro propósito, como fazer uma visita ou atacar um grupo distante que vivia do outro lado do território atravessado.

Quando coletamos os exemplos de sociedades (como meus amigos da montanha, os danis e os iñupiat) que se aproximam do modelo extremo de territórios defendidos e mutuamente excludentes, descobrimos que essas características surgem a partir da combinação de quatro condições. Em primeiro lugar, os territórios defendidos requerem uma população suficientemente grande e densa para que algumas pessoas possam ser designadas como patrulhadoras das fronteiras e devam seu tempo especificamente a isso, de modo que a população não tenha que confiar apenas na atenção esparsa de cada um para detectar invasores durante a busca normal de alimentos. Em segundo lugar, territórios excludentes requerem um ambiente produtivo, estável, previsível no qual os proprietários da terra poderão encontrar a maior parte dos recursos de que necessitam, ou todos eles, de forma a raramente, ou nunca, terem que sair de seu território. Em terceiro lugar, o território deve conter alguns recursos fixos valiosos, ou melhorias que devam ser defendidas e justifiquem que pessoas morram por elas, tais como plantações produtivas, pomares, currais de pesca ou canais de irrigação que requeiram grandes esforços para construir e manter. Finalmente, o número de membros do grupo deve ser bastante constante, e os grupos vizinhos devem ser nitidamente distintos, com pouca migração entre

grupos — a principal exceção sendo os movimentos de jovens (mais frequentes entre mulheres) que deixam seu grupo natal para se casar com um membro de outro grupo.

Podemos observar como essas quatro condições são satisfeitas pelos grupos que acabamos de mencionar e os aproximam do extremo de territórios excludentes e fronteiras defendidas. Meus amigos guineenses da montanha têm um investimento significativo em suas plantações perenes, em porcos e florestas, que tradicionalmente davam a eles tudo de que precisavam. Limpar florestas e desenvolver plantações são tarefas trabalhosas para eles, e mais ainda para os danis do oeste da Nova Guiné, que cavam e mantêm elaborados sistemas de canais para irrigar e drenar suas plantações. Os iñupiats e os ainus ocupam territórios com abundantes recursos perenes: peixes de água salgada, focas, baleias e pássaros marinhos, peixes de água doce e pássaros aquáticos, e áreas afastadas do mar com mamíferos terrestres que podem ser caçados. Os yolngus de Arnhem Land também tinham densas populações, possibilitadas pela combinação de recursos produtivos nas áreas costeiras e no interior. Os índios chochones do vale Owens eram caçadores-coletores que viviam em áreas de densidade relativamente alta e com ampla disponibilidade de água. Isso lhes permitia irrigar a terra para aumentar a produção de sementes de gramíneas silvestres comestíveis e fornecia colheitas estocáveis de pinhões. Os depósitos de alimentos, os bosques de pinhão e os sistemas de irrigação requeriam e mereciam defesa, e havia número suficiente de chochones para defendê-los. Finalmente, os ianomâmis mantêm plantações de pupunha e banana-da-terra que fornecem sua alimentação básica durante muitos anos e, por isso, também justificam o esforço para defendê-las.

Em áreas com populações especialmente grandes e densas, como as dos danis e dos nueres do Sudão, não apenas existem grupos separados, cada um com seu próprio território, mas esses grupos territoriais também são organizados em hierarquias de três ou mais níveis. Essas hierarquias nos fazem lembrar a organização hierárquica de terra, pessoas e controle político que nos é familiar em nossas modernas sociedades de Estado, começando com lotes residenciais individuais e estendendo-se

por cidades, municípios e estados até o governo nacional. Por exemplo, os nueres (imagem 7), que são hoje duzentas mil pessoas em uma área de quase 80 mil quilômetros quadrados, estão divididos em tribos de 7 mil a 42 mil pessoas, cada tribo dividida e subdividida em subtribos primárias, secundárias e terciárias, até aldeias de cinquenta a setecentas pessoas, e à distância de 8 a 32 quilômetros umas das outras. Quanto menor e hierarquicamente inferior a unidade, menores são as disputas sobre fronteiras e outras questões, maiores as pressões que parentes e amigos exercem sobre as partes em conflito para que resolvam a questão rapidamente e sem violência, e mais limitada a briga, quando chega a ocorrer. Os nueres observam poucas restrições em seu tratamento das tribos dinkas vizinhas: eles regularmente atacam os dinkas, roubam as criações, matam os homens e levam algumas mulheres e crianças dinkas como prisioneiras, depois de matar as outras. Mas as hostilidades dos nueres contra outras tribos nueres consistem apenas em esporádicas incursões para roubo de gado, morte de uns poucos homens e nenhum assassinato ou sequestro de mulheres e crianças.

Uso não excludente da terra

O extremo oposto, de pouca ou nenhuma exclusividade, caracteriza-se por condições inversas. A primeira é a existência de populações esparsas e pequenas nas quais o patrulhamento é impossível (exceto uma ronda ocasional para surpreender transgressores). Por exemplo, uma sociedade formada por uma única família não pode se dar ao luxo de ter patrulhas especializadas, pois não pode manter seus homens jovens sentados o dia inteiro no alto de uma torre de vigia. Uma segunda condição envolve ambientes não produtivos, marginais, variáveis, com recursos esparsos e erráticos, de modo que qualquer território que alguém pudesse efetivamente demandar não conteria, com frequência (em algumas estações, ou em um ano ruim), recursos essenciais, e seria necessário, periodicamente, buscar recursos no território de outro grupo, e vice-versa. Como terceira condição do uso não excludente da terra, não vale a pena arriscar

a própria vida para defender um território que não contenha nada que mereça tal sacrifício: se seu território é atacado, é melhor simplesmente mudar-se para outra área. Finalmente, os territórios tenderão a ser não excludentes se o pertencimento ao grupo for fluido e se os membros de um grupo frequentemente visitarem os de outros ou se transferirem para eles: não faz nenhum sentido impedir o acesso de um grupo se a metade dele é formada por visitantes ou por pessoas de seu próprio grupo que se transferiram para ele.

No entanto, a forma habitual de divisão da terra sob essas condições de não exclusividade não significa um vale-tudo no qual qualquer um pode fazer o que bem entender e em qualquer lugar. Em vez disso, cada grupo se identifica com uma área nuclear específica. Sociedades não excludentes diferem das sociedades excludentes no sentido de que, em vez de uma terra de ninguém claramente demarcada por torres de vigia, como no caso dos danis, não existem fronteiras reconhecidas, e a propriedade da terra vai se tornando cada vez mais vaga à medida que uma pessoa se distancia de sua área nuclear. Outro traço distintivo das sociedades não excludentes é que os grupos vizinhos recebem permissão para visitar o território de outro com mais frequência e com propósitos mais variados — especialmente para conseguir alimentos e água em certas épocas do ano, ou em determinados anos. Igualmente, você pode rapidamente obter permissão para visitar o território de seu vizinho quando estiver passando por alguma necessidade, de modo que o arranjo se torna uma troca baseada em reciprocidade e benefício mútuo.

Um exemplo de propriedade não excludente da terra que foi descrito em detalhe é o dos caçadores-coletores !kungs (imagem 6) da área Nyae Nyae do deserto de Kalahari. Na década de 1950, quando foram estudados, consistiam em 19 bandos de 8 a 42 pessoas, cada bando com seu próprio “território” (chamado um *n!ore*) cuja área tinha entre 260 e 650 quilômetros quadrados. Mas as fronteiras entre os *n!ores* eram vagas: quando antropólogos e guias !kungs estavam caminhando do acampamento dos guias em direção ao *n!ore* seguinte, os nativos foram ficando cada vez mais inseguros, ou discordando cada vez mais entre si a respeito de quem eram os proprietários das terras em que estavam

naquele momento, e a confusão ficava cada vez maior à medida que se afastavam do centro de seu próprio *!ore*. Não havia torres de vigia nem trilhas na crista de uma montanha para marcar as fronteiras dos *!ores*.

Os *!ores* dos *!kungs* não têm ocupação exclusiva porque os recursos de cada *!ore* podem ser partilhados — e precisam ser. A partilha é necessária porque a água no deserto de Kalahari é escassa, e cada bando precisa passar grande parte do tempo perto de um poço. Mas existem variações imprevisíveis na quantidade de chuva a cada ano. Muitos poços da área secam periodicamente. Apenas dois poços nunca secaram durante o período estudado; três outros estavam quase sempre disponíveis durante todo o ano, mas falharam em alguns anos; cinco outros duravam apenas ocasionalmente na estação da seca; e cinquenta eram sazonais e sempre secavam durante parte do ano. Assim, na época da seca, até duzentas pessoas de vários bandos se reúnem em volta de um poço permanente, com a permissão dos donos, e estes, por sua vez, têm permissão para visitar outros *!ores* e usar os recursos quando são abundantes. Assim, as considerações a respeito da água *exigem* que os *!kungs* tenham territórios não excludentes: não faria sentido demandar o uso exclusivo de uma área que poderia ficar sem água e, portanto, tornar-se inútil. Inversamente, a superabundância sazonal de alguns recursos *permite* a não exclusividade: não faz sentido ofender aliados potencialmente úteis mantendo-os afastados de seu território numa época em que a produção excede, em muito, aquilo que você conseguiria comer. Isso é especialmente verdadeiro no caso das castanhas do *mon-gongo*, um alimento básico sazonalmente disponível em enormes áreas de cultivo, e também se aplica a cultivos sazonais de vagens e melões.

Supostamente, qualquer pessoa de qualquer bando na área *Nyae Nyae* pode caçar onde bem quiser, inclusive fora do *!ore* de seu próprio bando. No entanto, se alguém mata um animal fora de seu *!ore*, deve dar parte da carne de presente caso encontre alguém daquele *!ore*. Mas essa liberdade de acesso para a caça não se aplica a caçadores *!kungs* de áreas mais distantes. Mais frequentemente, bandos *!kungs* vizinhos podem prontamente obter permissão para usar os *!ores* para outros propósitos, como conseguir água, nozes, vagens e melões — mas

precisam pedir permissão antes, e ficam com a obrigação de retribuir mais tarde, permitindo que outros visitem seu n!ore. Se não se pedir permissão antes, é provável que ocorram brigas. Bandos mais distantes precisam ter um cuidado especial e pedir permissão, e devem limitar a duração de sua visita e o número de pessoas que comporão o grupo visitante. Pessoas de fora que não tenham nenhuma relação reconhecida de sangue ou de casamento com os proprietários do n!ore estão totalmente proibidas de visitá-lo. Assim, territórios não excludentes certamente não significam um vale-tudo.

Os direitos de usar terras e recursos, com exclusividade ou sem ela, implicam o conceito de propriedade, de pertencimento a alguém. A quem pertence o n!ore de um bando !kung? A resposta é: ao *k'ausi* do bando, ou seja, a um grupo central de pessoas mais velhas ou então a uma determinada pessoa mais velha descendente do povo que viveu naquela área pelo período de tempo mais longo. Mas a composição do bando é fluida e muda a cada dia, pois as pessoas frequentemente vão visitar parentes em outros n!ores, fazem visitas sazonais a outros n!ores para acesso a poços ou ao excedente de alimentos, algumas mudam de bandos permanentemente, por várias razões, e um noivo jovem com seus dependentes (os pais idosos, a primeira esposa e filhos, caso agora esteja adquirindo outra) podem viver com o bando da nova esposa durante uma década até que ele e ela tenham diversos filhos. Em consequência, muitos !kungs passam mais tempo fora de seu n!ore do que nele. Em um ano típico, 13% da população muda de residência permanentemente, passando para outro acampamento, e 35% da população divide seu tempo de residência igualmente entre dois ou três acampamentos. Nessas circunstâncias, o bando no n!ore vizinho consiste parcialmente em seu próprio povo; não são sub-humanos perversos com os quais as duas únicas transferências intergrupos são dois casamentos mistos ao longo de várias gerações, como no caso dos meus amigos da montanha na Nova Guiné. Ninguém vai adotar uma abordagem linha-dura excludente de seus recursos quando muitos dos “intrusos” são, de fato, seus sobrinhos e primos, filhos adultos e parentes idosos.

Outro exemplo interessante de territórios não excludentes é o dos índios chochones da Grande Bacia norte-americana; eles pertencem ao mesmo grupo linguístico dos chochones do vale Owens que já mencionei para ilustrar o extremo de territórios excludentes. Seus primos da Grande Bacia adotam critérios diferentes de uso da terra em função de diferenças entre os respectivos ambientes. A terra do vale Owens era bem provida de água, adequada para a irrigação e justificava os esforços de defesa, enquanto a Grande Bacia é um deserto seco e inóspito, muito frio no inverno, com recursos esparsos e irregulares e poucas oportunidades de armazenamento de alimentos. As densidades demográficas na Grande Bacia eram de apenas uma pessoa por quarenta quilômetros quadrados. Durante a maior parte do ano, os chochones da Grande Bacia viviam em famílias separadas. No inverno, juntavam-se em acampamentos de cinco ou dez famílias nas proximidades de fontes e bosques de pinhão; ocasionalmente, reuniam-se em grupos maiores de até 15 famílias para caçadas coletivas de antílopes e coelhos. Não mantinham territórios bem demarcados. Em vez disso, famílias individuais possuíam locais específicos, como bosques de pinhão, que podiam ser partilhados com outras famílias, mas apenas por acordo: os intrusos que tentavam colher pinhões sem um acordo prévio eram expulsos com uma chuva de pedras. Outros recursos de plantas e animais eram partilhados conforme direitos flexíveis não excludentes.

Finalmente, um mínimo de reconhecimento e patrulhamento de territórios foi alcançado pelos índios machiguengas do Peru e pelos sirionos das áreas de florestas tropicais da Bolívia. Na época em que esses grupos foram estudados por antropólogos, os machiguengas eram agricultores que viviam em modestas densidades populacionais, possivelmente porque uma população previamente mais densa havia sido destruída em consequência dos efeitos de doenças introduzidas pelos europeus ou por matanças durante o surto da borracha, e também porque a agricultura em sua área oferecia apenas safras reduzidas. Os machiguengas faziam mudanças sazonais para obter alimentos silvestres e limpavam campos com queimadas; esses campos produziam alimentos durante poucos anos e não mereciam nenhuma luta em sua

defesa. Não havia territórios: em teoria, todos os recursos de todas as florestas e rios estavam abertos para todos os machiguengas. Na prática, os grupos multifamiliares mantinham alguma distância entre as áreas em torno de suas respectivas casas. Do mesmo modo, os índios sirionos estudados por Allan Holmberg viviam da caça-coleta e de algum cultivo ocasional, em bandos de sessenta a oitenta pessoas que não possuíam nenhum território definido. Mas se um bando encontrasse trilhas de caça feitas por outro bando, seus integrantes escolheriam não caçar na área do outro. Ou seja, existia uma evitação mútua informal.

Assim, havia um amplo espectro de usos tradicionais da terra, indo desde territórios bem demarcados, patrulhados e defendidos, dos quais estranhos eram excluídos sob ameaça de morte, passando por imprecisas áreas em torno de habitações sem claras fronteiras, que alguns estranhos podiam usar mediante acordo mútuo, até áreas de habitação mantidas separadas apenas por evitação mútua informal. Nenhuma sociedade tradicional tolerava o acesso relativamente aberto desfrutado pelos modernos cidadãos americanos ou da Europa: na maior parte dos casos, podemos viajar a qualquer parte dos Estados Unidos ou da União Europeia, e também em muitos outros países, meramente apresentando um passaporte válido e um visto a um funcionário da imigração. (Obviamente, o ataque de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center fez os americanos voltarem à situação tradicional de suspeita de estrangeiros, o que resultou em restrições a viagens livres, tais como listas de passageiros que não podem voar e controles de segurança em aeroportos.)

Mas também se pode argumentar que nosso moderno sistema de acesso relativamente aberto é uma extensão mais sofisticada de direitos e restrições de acesso tradicionais. Os povos tradicionais, vivendo em sociedades de uns poucos milhares de indivíduos, obtêm acesso às terras de outros sendo conhecidos individualmente, mantendo relacionamentos individuais com outros grupos e pedindo permissão individualmente. Em nossas sociedades de milhares de milhões, nossa definição de “relacionamento” é estendida a qualquer cidadão de nosso Estado ou de um Estado amigo, e o pedido de permissão é formalizado e concedido em massa por meio de passaportes e vistos.

Amigos, inimigos e estranhos

Todas essas restrições ao livre movimento fazem com que os membros de sociedades de pequena escala dividam as pessoas em três categorias: amigos, inimigos e estranhos. “Amigos” são os membros de seu próprio bando ou aldeia e daqueles bandos e vilarejos vizinhos com os quais seu bando aconteça de estar em bons termos em dado momento. “Inimigos” são membros de bandos e aldeias vizinhos com os quais seu bando aconteça de estar em hostilidade em dado momento. Ainda assim, você provavelmente sabe pelo menos os nomes e as relações e, possivelmente, a aparência de muitos ou da maior parte dos indivíduos daqueles bandos hostis, seja por ter ouvido falar deles ou por tê-los de fato encontrado no decurso de negociações de uma compensação, em períodos de paz resultantes de alianças cambiantes e nas trocas de noivas (ou, alguma vez, de noivos) durante aquelas tréguas. Um exemplo são os dois homens do povo do rio que se casaram com mulheres da aldeia dos meus amigos da montanha.

A categoria restante é a de “estranhos”: indivíduos desconhecidos que pertencem a bandos distantes com os quais seu bando tem pouco ou nenhum contato. Raramente ou nunca os membros de sociedades pequenas encontram estranhos, porque é suicida viajar em uma área não familiar na qual você seja um desconhecido ou não tenha algum tipo de relacionamento com os habitantes locais. Se acontecer de encontrar um estranho em seu território, você tem de presumir que essa pessoa é perigosa, pois, dados os perigos de viajar em áreas desconhecidas, existe a real probabilidade de que ela esteja explorando o terreno para atacar ou matar seu grupo, ou então violando a fronteira a fim de caçar ou roubar recursos, ou sequestrar uma jovem em idade de casamento.

Em uma população pequena, de apenas diversas centenas de pessoas, você certamente saberá o nome e a fisionomia de todos os membros, os detalhes de todos os relacionamentos consanguíneos, matrimoniais e por adoção, e qual a relação de cada um deles com você. Se acrescentar a seu próprio bando os diversos bandos vizinhos amigáveis, seu universo potencial de “amigos” pode chegar a mil pessoas, incluindo muitas

daquelas das quais já ouviu falar, mas nunca viu. Assim, suponha que, enquanto anda sozinho por uma área distante da sua, ou próxima da fronteira de seu território, você encontra uma pessoa, ou algumas pessoas, que não reconhece. Se houver várias delas, e você for apenas um, você fugirá. Se a outra pessoa também estiver sozinha e vocês se perceberem ainda a distância, ambos poderão fugir se parecer haver um equilíbrio de forças (por exemplo, dois homens adultos, em vez de um homem diante de uma mulher ou uma criança). Mas se, numa curva, você subitamente se depara com outra pessoa e é tarde demais para fugir, essa é uma fórmula certa para se gerar uma situação tensa. Ela poderá ser resolvida se os dois se sentarem e cada um disser seu nome e os nomes de seus parentes, explicando exatamente como se relaciona com eles. O esforço de identificar um parente em comum deve continuar até que os dois descubram algum tipo de relação mútua e concluam não haver razão para um atacar o outro. Mas se, depois de várias horas de uma conversa como essa, os dois ainda não conseguirem identificar nenhum parente comum, então você não pode simplesmente dizer “Foi um prazer conhecê-lo, passe bem”, e virar as costas. Em vez disso, cada um de vocês deverá considerar o outro um transgressor sem nenhum relacionamento que justifique uma visita, e isso poderá iniciar uma perseguição ou luta.

Visitas alternadas entre parentes na área Nyae Nyae criam familiaridades pessoais que unem todos os 19 bandos e os cerca de mil membros da área, tornando-os *jũ/wāsi* uns perante os outros. (As pessoas que falam o dialeto !kung no centro da área Nyae Nyae referem-se a pessoas com quem têm familiaridade como *jũ/wāsi*, em que *jũ* significa “pessoa,” *si* é o sufixo plural, e *wā* significa aproximadamente “verdadeira, boa, honesta, limpa, que não causa dano”.) O termo oposto, *jũ/dole* (em que *dole* tem o sentido de “má, estranha, danosa”) é aplicado a todos os brancos, todos os povos bantos negros e até a povos !kungs que falam o mesmo dialeto, mas pertencem a um grupo distante entre os quais você não tem parentes nem conhecidos. Assim como ocorre com membros de outras sociedades pequenas, os !kungs têm receio de forasteiros. Na prática, eles conseguem achar algum termo de parentesco para aplicar

a quase todos os !kungs que encontram. Mas se você se defronta com um !kung estranho e não consegue descobrir nenhuma relação com ele depois de haverem rastreado todos os parentes dos dois lados, então ele é um intruso que você deverá expulsar ou matar.

Um exemplo: a pedido da antropóloga Lorna Marshall, um homem !kung chamado Gao foi realizar uma tarefa em um lugar chamado Khadum, um pouco ao norte dos limites da área Nyae Nyae. Gao nunca visitara Khadum, e apenas um pequeno número de !kungs havia ido lá alguma vez. De início, os !kungs de Khadum chamaram Gao de *jũ/dole*, o que significava, no mínimo, uma recepção gélida e, possivelmente, problemas. Mas o visitante rapidamente disse que ouvira dizer que o pai de alguém vivendo em Khadum tinha o mesmo nome de seu pai, e que outra pessoa em Khadum tinha um irmão chamado Gao. Os !kungs então disseram: “Então, você é um *!gun!a* de nosso Gao”. (*!gun!a* é um termo de parentesco.) Com isso, permitiram que Gao se sentasse em volta da fogueira do acampamento e lhe deram alimentos de presente.

Uma classificação semelhante de pessoas funcionava entre os índios aches do Paraguai (imagem 10). Na época de contatos europeus pacíficos, os aches eram um grupo de cerca de setecentas pessoas vivendo em bandos de 15 a 70 integrantes e com diversos bandos intimamente afiliados em um grupo de bandos. Havia quatro desses grupos, cujo tamanho ia de 30 a 550 pessoas na época do contato. Os aches se referiam a outros membros de seu próprio grupo como *irondy* (significando aqueles que, em geral, são um dos nossos, ou irmãos), e referiam-se aos aches dos outros três grupos como *irolla* (significando aches que não são nosso povo).

Nas sociedades modernas de grande escala, nas quais os cidadãos viajam o quanto querem em seu país e pelo mundo todo, acumulamos muitas amizades baseadas na “química” individual, e não em afiliação grupal. Alguns de nossos amigos de toda a vida são pessoas com as quais crescemos ou fomos à escola, mas outros são pessoas que conhecemos em nossas viagens. O que conta na amizade é se as pessoas gostam umas das outras e partilham interesses, não se o grupo de uma é politicamente aliado ao da outra. Tomamos esse conceito de amizade

pessoal como algo universal e inquestionável, e, por isso, só depois de anos trabalhando na Nova Guiné é que me dei conta, por causa de um incidente, do conceito diferente de amizade que predomina naquelas sociedades tradicionais de pequena escala.

O incidente envolveu um guineense chamado Yabu, cuja aldeia nas terras altas centrais manteve um estilo de vida tradicional até o fim das guerras intertribais e até que, dez anos depois, as questões locais passassem a ser controladas pelo governo nacional. Durante meus estudos ornitológicos, levei Yabu como um de meus assistentes de campo para um acampamento nas terras altas do sudeste, onde tivemos, durante vários dias, a visita de um inglês chamado Jim, professor de um colégio. Yabu e Jim passavam muito tempo conversando e fazendo brincadeiras, contavam longas histórias e, evidentemente, apreciavam a companhia um do outro. A cidadezinha nas terras altas centrais onde Jim lecionava ficava a apenas umas dezenas de quilômetros da aldeia de Yabu. Quando Yabu completasse seu trabalho de campo comigo, retornaria para casa tomando um avião até o aeroporto da cidade de Jim e depois seguindo para a aldeia a pé. Assim, quando Jim estava deixando nosso acampamento e se despedindo de Yabu e de mim, fez algo que me pareceu perfeitamente natural: convidou Yabu a visitá-lo quando estivesse atravessando a cidade.

Alguns dias depois, perguntei a Yabu se planejava visitar Jim na volta. Sua reação foi um misto de surpresa e leve indignação diante de minha sugestão de tamanha perda de tempo: “Visitá-lo? Para quê? Se ele tivesse algum trabalho para mim, ou um emprego a oferecer, então eu iria. Mas ele não tem nenhum emprego para mim. É claro que não vou parar na cidade e procurá-lo apenas em consideração a uma ‘amizade’!” (Essa conversa aconteceu na língua franca da Papua Nova Guiné, o tok pisin; a expressão que acabei de traduzir aqui como “apenas em consideração a uma ‘amizade’” foi “*bilong pren nating*”). Fiquei espantado ao perceber que eu estivera fazendo uma pressuposição incorreta sobre supostos traços humanos universais que nem mesmo me ocorrera questionar.

Naturalmente, não devo exagerar meu espanto. É claro que membros de sociedades pequenas têm mais apreço por alguns indivíduos do que

por outros dentro de sua própria sociedade. À medida que essas sociedades tornam-se maiores ou ganham exposição a influências externas não tradicionais, as visões de mundo tradicionais mudam, inclusive as formas de ver a amizade. Ainda assim, penso que a diferença entre conceitos de amizade em sociedades grandes e em sociedades de pequeno porte, expressa no convite de Jim e na reação de Yabu, respectivamente, é, na média, algo real. A resposta de Yabu a um europeu não era uma coisa artificial, diferente da que daria a um guineense. Conforme a explicação que me foi dada por um amigo local que conhece bem tanto o estilo ocidental quando o estilo tradicional guineense, “Na Nova Guiné nós não vamos visitar uma pessoa assim de repente, sem um propósito. Se você acaba de conhecer alguém e passa uma semana com essa pessoa, isso não significa que você estabeleceu um relacionamento ou uma amizade com ela”. Em contraste, a ampla gama de escolhas nas sociedades ocidentalizadas de grande porte, e nossas frequentes mudanças geográficas, nos dão mais alternativas de relacionamentos baseados em laços pessoais de amizade (dos quais, de fato, precisamos), muito mais do que em parentesco, em um casamento ou numa proximidade geográfica acidental durante a infância.

Em grandes sociedades hierárquicas nas quais milhares ou milhões de pessoas vivem juntas sob o guarda-chuva de uma chefatura ou Estado, é normal encontrar estranhos, e isso é uma ocorrência segura e não ameaçadora. Por exemplo, toda vez que caminho pelo campus da Universidade da Califórnia ou pelas ruas de Los Angeles, encontro, sem medo ou perigo, centenas de pessoas que nunca vi antes e talvez não veja nunca mais, e com as quais não tenho nenhum vínculo rastreável, seja de sangue ou por casamento. Um estágio inicial dessa mudança de atitude com relação a estranhos é ilustrado pelo povo nuer do Sudão, que já mencionei tendo duzentas mil pessoas e estando organizado em uma hierarquia de vários níveis, desde aldeias até tribos. Obviamente, nenhum nuer conhece todos os outros 199.999 nueres nem ouviu falar de cada um deles. A organização política é fraca: cada aldeia tem um chefe simbólico com um mínimo de poder real, que será descrito no capítulo 2. Ainda assim (nas palavras do antropólogo E. E. Evans-Pritchard),

“entre os nueres, de onde quer que procedam, e embora sejam estranhos uns para os outros, relações amistosas são imediatamente estabelecidas quando se encontram fora de seu país, pois um nuer nunca é um estrangeiro aos olhos de outro, tal como é para um dinka ou um shilluk. Seu senso de superioridade, o desprezo que mostram por todos os estrangeiros e sua presteza em lutar contra eles são vínculos que os unem, e a língua e os valores comuns permitem uma pronta intercomunicação”.

Assim, comparados com sociedades de menor escala, os nueres encaram os estranhos já não mais como ameaçadores, mas, em vez disso, como neutros ou até potencialmente amigáveis — desde que sejam nueres. Estranhos que não são nueres são atacados (se forem dinkas) ou meramente desprezados (se pertencerem a qualquer outro tipo de povo). Em sociedades ainda maiores, com economias de mercado, os estranhos têm um valor positivo potencial como possíveis parceiros de negócios, clientes, fornecedores e empregadores.

Primeiros contatos

Em sociedades tradicionais pequenas, a classificação das pessoas como amigos pessoais, grupos vizinhos amigos, vizinhos inimigos e estranhos oriundos de locais mais distantes fez com que o conhecimento do mundo ficasse muito restrito ao próprio local. As pessoas conheciam sua própria área ou território central e sabiam muitas coisas sobre o primeiro círculo de territórios vizinhos, pois as visitas permitidas pelos direitos recíprocos de uso ou durante tréguas intermitentes garantiam o intercâmbio de informações. Mas provavelmente não conheciam os territórios vizinhos que compunham o segundo círculo: as hostilidades intermitentes com povos do primeiro círculo impediam o cruzamento daquela faixa em tempos de guerra para chegar à seguinte; e, nos tempos em que você estivesse em paz com um povo do primeiro círculo, ele poderia estar em guerra com vizinhos no círculo seguinte, impedindo, novamente, que você visitasse aqueles vizinhos mais distantes.

Até as viagens nos territórios de seus vizinhos imediatos (do primeiro círculo) em tempos presumivelmente pacíficos apresentavam perigos. Talvez você não se desse conta de que aqueles vizinhos eram inimigos insuspeitos: haviam acabado de iniciar uma guerra com alguns outros aliados de seu povo e, portanto, agora você era considerado um inimigo. Seus anfitriões e parentes naquela sociedade vizinha poderiam se mostrar relutantes em recebê-lo ou incapazes de protegê-lo. Por exemplo, Karl Heider, Jan Broekhuijse e Peter Matthiessen descreveram um incidente ocorrido em 25 de agosto de 1961 entre o povo dugum dani do Vale do Baliem. Os danis estavam divididos em várias dezenas de confederações, das quais duas, a Aliança Gutelu e a Aliança Widaia, disputavam a região dugum. Nas proximidades ficava a confederação asuk-balek, fundada por um grupo dissidente gutelu que, após lutas, havia abandonado sua terra original e buscado refúgio ao longo do rio Baliem. Quatro homens asuk-baleks, aliados da Aliança Widaia, foram visitar uma aldeia gutelu de um povo chamado abulopak, onde dois dos homens tinham parentes. Mas os visitantes não sabiam que os widaias haviam recentemente matado dois gutelus e que os gutelus não haviam conseguido se vingar nas tentativas recentes de matar um widaia. Obviamente, o ambiente entre os gutelus era de alta tensão.

A chegada dos inocentes asuk-baleks, aliados dos widaias, forneceu aos gutelus abulopaks uma oportunidade de vingança próxima da ideal (que teria sido matar um widaia). Os dois asuk-baleks que tinham parentes na aldeia foram poupados, mas os outros dois foram atacados. Um deles conseguiu fugir. O outro se refugiou numa plataforma elevada dentro de uma palhoça, mas foi descoberto e atacado com lanças. Esse ataque desencadeou uma explosão de regozijo geral entre os abulopaks, que arrastaram por uma trilha enlameada o corpo ainda com vida do asuk-balek, até o centro da aldeia. Os abulopaks então celebraram, dançando em volta do cadáver durante aquela noite, e finalmente o lançaram em uma vala de irrigação e o cobriram com capim. Na manhã seguinte, os dois asuk-baleks que tinham parentes abulopaks tiveram permissão para resgatar o corpo. O incidente ilustra a necessidade de

prudência, beirando a paranoia, quando se trata de uma viagem. O capítulo 7 dará mais detalhes sobre a necessidade do que chamo de “paranoia construtiva”.

As distâncias tradicionais de viagem e o conhecimento local eram baixos em áreas de alta densidade populacional e constância ambiental, e altos em áreas com população esparsa e ambientes variáveis. O conhecimento geográfico era muito localizado e restrito nas terras altas da Nova Guiné, com suas populações densas e um meio ambiente relativamente estável. Viagens e conhecimentos eram mais amplos em áreas com ambientes estáveis, mas com menor densidade populacional (como as terras baixas da Nova Guiné e as selvas tropicais africanas habitadas por pigmeus), e mais amplos ainda em áreas com ambientes estáveis e população escassa (como nos desertos e no interior da região ártica). Os ilhéus andamaneses, por exemplo, não sabiam nada sobre tribos andamanesas que viviam a mais de trinta quilômetros de distância. O mundo conhecido dos duguns danis era basicamente delimitado pelo vale do rio Baliem. Dos topos das colinas, podiam enxergar grande parte do vale, mas só podiam visitar uma pequena fração da área porque o vale estava dividido por fronteiras de guerra que significariam a morte certa de quem tentasse atravessá-las. Quando pigmeus akas receberam uma lista com nomes de setenta lugares e lhes pediram que dissessem quais haviam visitado, disseram conhecer apenas metade dos lugares que ficavam a uma distância de até trinta quilômetros, e apenas a quarta parte dos que estavam a até sessenta quilômetros. Pondo esses números em perspectiva, quando eu vivia na Inglaterra nas décadas de 1950 e 1960, ainda havia muitas pessoas da área rural inglesa que tinham passado a vida nos vilarejos em que nasceram, ou próximo deles — exceto, possivelmente, no caso dos que foram para o exterior como soldados durante as duas guerras mundiais.

Assim, entre as sociedades tradicionais de pequena escala, o conhecimento do mundo para além do primeiro ou segundo círculo de vizinhos era não existente, ou apenas de segunda mão. Por exemplo, nos vales densamente povoados entre as montanhas da parte principal da Nova Guiné, ninguém jamais vira o oceano nem ouvira falar dele, embora

ficasse a distâncias de apenas oitenta a duzentos quilômetros. Em suas transações de trocas, os habitantes das terras altas da Nova Guiné de fato recebiam conchas marinhas e (após a chegada dos europeus ao litoral) alguns machados de aço, que eram muito valorizados. Mas aquelas conchas e aqueles machados eram sucessivamente negociados entre um grupo e outro e passavam por muitas mãos até cobrirem a distância entre o litoral e as terras altas. Assim como na brincadeira de “telefone sem fio”, em que uma criança cochicha algo para a próxima numa roda e o que a última criança ouve não tem a menor relação com o dito pela primeira, toda a informação sobre o local e as pessoas que forneciam as conchas e os machados já havia se perdido no momento em que aqueles produtos chegavam às terras altas.

Para muitas sociedades pequenas, essas limitações tradicionais ao conhecimento do mundo foram abruptamente encerradas pelos chamados primeiros contatos, quando a chegada de europeus — colonizadores, exploradores, comerciantes e missionários — provou a existência de um mundo externo até então desconhecido. Atualmente, os últimos povos que continuam “não contatados” são uns poucos grupos remotos na Nova Guiné e na zona tropical da América do Sul, mas, a esta altura, esses grupos restantes pelo menos sabem da existência do mundo externo porque já viram aviões passando no céu e ouviram histórias sobre estrangeiros contadas por grupos guineenses vizinhos “contatados”. (Por “contatado” eu quero dizer os contatados por forasteiros vindos de longe, como europeus ou indonésios; obviamente, os grupos “não contatados” vêm mantendo contato com outros guineenses ou outros índios sul-americanos há milhares de anos.) Por exemplo, quando eu estava nas montanhas na Nova Guiné ocidental nos anos 1990, meus anfitriões, que haviam sido inicialmente contatados pelos holandeses algumas décadas antes, contaram-me de um grupo ao norte que ainda era “original”, no sentido de que ainda não havia sido visitado por missionários ou outros forasteiros. (Os missionários costumam adotar a precaução de enviar um emissário de um grupo vizinho contatado para saber se seriam bem-vindos, em vez de se exporem ao perigo de chegar sem aviso prévio.) Mas aqueles montanheses “não contatados”

certamente sabiam de europeus e indonésios por meio de grupos vizinhos “contatados” com os quais se comunicavam. Além disso, durante muitos anos o grupo não contatado vira aviões passando, como aquele em que cheguei à aldeia de seus vizinhos contatados. Assim, os últimos remanescentes de grupos não contatados de fato sabem que existe um mundo externo.

As condições eram diferentes quando os europeus começaram a se expandir pelo globo a partir de 1492 e a “descobrir” povos muito antes de haver aviões que os alertassem sobre a existência de um mundo externo. Os últimos primeiros contatos em larga escala registrados na história mundial terão sido os ocorridos nas terras altas da Nova Guiné, onde, entre as décadas de 1930 e 1950, patrulhas dos governos australiano e holandês, expedições de reconhecimento do exército, mineradores em viagens de prospecção e expedições biológicas “descobriram” um milhão de habitantes das terras altas de cuja existência o mundo exterior não tinha conhecimento até então, e vice-versa — embora os europeus estivessem visitando e colonizando os litorais da Nova Guiné havia já quatrocentos anos. Até a década de 1930, os primeiros contatos na Nova Guiné foram feitos por europeus em expedições terrestres ou fluviais, e, para os montanheses, a primeira evidência da existência de brancos foi a chegada física dos estrangeiros. Cada vez mais, a partir daqueles anos, os montanheses foram se dando conta de que o surgimento de aviões precedia a chegada de expedições, e isso os alertou de que havia algo novo acontecendo em algum lugar desconhecido. Por exemplo, a área mais densamente povoada das montanhas da Nova Guiné ocidental, o Vale do Baliem, era habitada por umas cem mil pessoas que foram “descobertas” em 23 de junho de 1938. Naquele dia, um avião pertencente a uma expedição conjunta do Museu de História Natural de Nova York e do governo colonial holandês, financiada por Richard Archbold, o herdeiro do petróleo, estava explorando a Nova Guiné em busca de animais e plantas e sobrevoou uma região montanhosa que até então se presumia ser uma área acidentada, coberta por floresta e desabitada. Em vez disso, Archbold e sua equipe ficaram atônitos ao

verem de cima um vale amplo, plano, desflorestado, todo cortado por uma densa rede de canais de irrigação e parecido com áreas densamente povoadas da Holanda.

Esses últimos locais de primeiros contatos em grande escala dos habitantes das montanhas com os europeus estão descritos em três livros notáveis. Um deles, intitulado *First Contact*, de Bob Connolly e Robin Anderson, relata as patrulhas dos mineiros de carvão Michael Leahy, Michael Dwyer e Daniel Leahy, os primeiros europeus a entrar em alguns dos vales densamente povoados das terras altas da Nova Guiné oriental entre 1930 e 1935. (Missionários luteranos já haviam alcançado a orla das terras altas nos anos 1920.) O segundo livro é o relato do próprio Michael Leahy, *Explorations into Highland New Guinea, 1930-1935*. O outro livro é *The Sky Travelers*, de Bill Gammage, que descreve uma patrulha do governo australiano conduzida por Jim Taylor e John Black, que se aventuraram numa viagem longa e difícil pela parte ocidental das terras altas da Papua em 1938 e 1939. Ambas as expedições fizeram muitas fotos, e Michael Leahy também filmou muita coisa. As expressões aterrorizadas nos rostos dos guineenses fotografados no momento do primeiro contato transmitem o choque da experiência com mais exatidão do que quaisquer palavras poderiam fazê-lo (imagens 30, 31).

Uma virtude do primeiro e do terceiro livros mencionados é que eles relatam as impressões causadas pelo primeiro contato tanto aos protagonistas guineenses quanto aos europeus. Ambos os autores entrevistaram guineenses envolvidos que relataram suas vivências cinquenta anos antes. Assim como americanos mais idosos se lembrarão pelo resto de suas vidas do que estavam fazendo no momento dos três mais traumáticos eventos da história moderna americana — o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, o assassinato do presidente Kennedy em 22 de novembro de 1963 e o ataque ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 —, os guineenses que tinham mais de sessenta anos na década de 1980 também se lembravam claramente do que sentiram em 1930, quando ainda crianças, ao verem os brancos da patrulha Leahy-Dwyer. Aqui está o relato de um desses guineenses:

“Naquela época, esses homens maiores [apontando para dois velhos] — eles são velhos agora — eram jovens e solteiros. Ainda não haviam feito a barba. Foi então que os homens brancos vieram. (...) Eu estava tão aterrorizado, não conseguia nem pensar, e chorava incontrolavelmente. Meu pai me puxou pela mão e nos escondemos atrás de um capinzal bem alto. Daí ele ficou de pé para espiar os homens brancos. (...) Depois que eles foram embora, as pessoas [nós, guineenses] se sentaram e desenrolaram histórias. Não sabiam nada daqueles homens de pele branca. Nunca tínhamos visto lugares distantes. Só conhecíamos este lado das montanhas, e pensávamos que éramos as únicas pessoas vivas. Acreditávamos que, quando uma pessoa morria, sua pele ficava branca e ela atravessava a fronteira para ‘aquele lugar’ — o lugar dos mortos. Então, quando os estranhos vieram, nós dissemos: ‘Ah, esses homens não pertencem à terra. Não vamos matá-los — eles são nossos próprios parentes. Aqueles que já morreram ficaram brancos, e agora estão de volta.’”

Ao verem europeus pela primeira vez, os montanhese da Nova Guiné tentaram encaixar aquelas criaturas de aparência estranha nas categorias conhecidas de sua própria visão de mundo. Eles se perguntavam coisas como: será que essas criaturas são humanas? Por que vieram aqui? O que querem? Muitas vezes, os guineenses pensavam que os brancos fossem um “povo do céu”: pessoas como eles próprios, que supostamente habitavam o céu, que faziam trocas, faziam amor e faziam a guerra como guineenses, mas eram imortais; eram espíritos ou fantasmas ancestrais que ocasionalmente assumiam forma humana e então ficavam brancos ou vermelhos e desciam à terra. Nas épocas dos primeiros contatos, os guineenses cuidadosamente examinavam os europeus, seu comportamento e os restos que deixavam nos acampamentos em busca de provas sobre o que eram eles. Houve duas descobertas que muito contribuíram para convencer os guineenses de que os europeus realmente eram humanos. A primeira foram as fezes encontradas nas latrinas do acampamento, que pareciam típicas fezes humanas (isto é, iguais às dos guineenses). A segunda foi o relato de jovens guineenses oferecidas aos europeus como companhias sexuais:

segundo elas, os europeus tinham órgãos sexuais iguais aos dos homens guineenses e faziam sexo basicamente da mesma forma que eles.

Comércio e comerciantes

Uma relação remanescente entre sociedades vizinhas, além da defesa de fronteiras, da partilha de recursos e do engajamento em guerras, é o comércio. Durante as pesquisas sobre pássaros que eu estava realizando em 16 ilhas do estreito de Vitiaz, ao longo do litoral nordeste da Nova Guiné, tive a oportunidade de conhecer e apreciar a sofisticação do comércio entre sociedades tradicionais. A maior parte das ilhas era quase toda coberta por florestas, com umas poucas aldeias formadas por casas espaçadas, a vários metros de distância umas das outras e todas dando para amplos espaços públicos abertos. Daí meu assombro com o contraste que encontrei ao desembarcar em uma ilha chamada Malai. Senti-me como se, subitamente, tivesse saltado de paraquedas numa versão reduzida de Manhattan. Amontoadas e muito próximas umas das outras, quase lado a lado como numa fileira de casas geminadas em Nova York, havia altas casas de madeira de dois andares, verdadeiros arranha-céus em comparação com as choças de um andar que então predominavam nas ilhas do estreito. Grandes canoas de madeira escavada alinhadas na areia da praia davam a impressão de uma marina do Primeiro Mundo na qual todos os atracadouros tivessem sido alugados. Em frente às casas, a quantidade de pessoas era a maior que eu já vira aglomerada em uma pequena área de qualquer outro lugar do estreito de Vitiaz. Um censo feito em 1963 registrou uma população de 448 pessoas em Malai. Dividido pela área de 830 metros quadrados, esse número resulta numa densidade populacional de 539 pessoas por quilômetro quadrado, mais alta do que a de qualquer país europeu. Como comparação, até a Holanda, a nação mais densamente povoada da Europa, tem apenas 389 pessoas por quilômetro quadrado.

Aquela notável povoação pertencia aos siassis, famosos comerciantes de longa distância que percorriam em suas canoas a vela até quinhentos

quilômetros de mares agitados transportando porcos, cachorros, potes, contas, obsidiana (a pedra vulcânica vitrificada usada para fazer os melhores e mais afiados artefatos de pedra) e outros produtos. Prestavam um serviço às comunidades que visitavam, suprindo-as com produtos de primeira necessidade e com outros bens de luxo. Ao mesmo tempo, eles também ganhavam, adquirindo alguns dos alimentos de que precisavam e tornando-se imensamente ricos pelos padrões da Nova Guiné, que media a riqueza pelo número de porcos. Uma viagem rendia lucros de 900%: enchiam as canoas de porcos em Malai e, na primeira parada na ilha de Umboi, convertiam cada porco em dez pacotes de sagu. Em seguida, convertiam os dez pacotes na aldeia Sio, na parte continental da Nova Guiné, em cem potes, que eram trocados por dez porcos na parada seguinte, em Nova Bretanha. Os porcos eram então levados para Malai e consumidos num banquete cerimonial. Tradicionalmente, não havia troca de dinheiro, porque aquelas sociedades não tinham moeda. As canoas dos siassis eram obras-primas de tecnologia de navegação em embarcações de madeira a vela: tinham dois mastros, mediam até 18 metros de comprimento e 1,5 de profundidade e carregavam cerca de duas toneladas (imagem 32).

Os registros arqueológicos demonstram que nossos ancestrais da Era Glacial já tinham dezenas de milhares de anos de experiência com o comércio. Sítios arqueológicos dos homens de Cro-Magnon (a localidade francesa onde foram descobertos os primeiros fósseis daquela era, em 1868) no interior da Europa pleistocênica contêm âmbar marinho do Báltico e conchas do Mediterrâneo transportados por quase dois mil quilômetros terra adentro, além de obsidiana, sílex, jaspe e outras pedras duras especialmente adequadas para a produção de ferramentas de pedra e encontradas a centenas de quilômetros do local de onde foram extraídas. É muito reduzido o número de sociedades tradicionais modernas que se mantêm praticamente autossuficiente e com pouco ou nenhum comércio — entre elas, os nganasans da Sibéria, criadores de renas, e os índios sirionos, da Bolívia, estudados por Allan Holmberg. A maior parte das sociedades tradicionais, assim como ocorre com as sociedades desenvolvidas, importava alguns produtos. Como observare-

mos, até as sociedades tradicionais que, usualmente, poderiam ter sido autossuficientes escolhiam não sê-lo, preferindo comercializar alguns objetos ou produtos de fora mesmo quando eram capazes de obtê-los ou produzi-los localmente.

A maior parte do comércio nas sociedades tradicionais de pequena escala ocorria entre grupos vizinhos que viviam a pouca distância uns dos outros, pois os intermitentes conflitos armados tornavam perigosas as viagens comerciais cujas rotas atravessavam várias populações. Os próprios comerciantes siassis, que percorriam longas distâncias, tinham o cuidado de atracar suas canoas somente nas aldeias onde haviam estabelecido relações de troca. Se suas embarcações fossem desviadas pelo vento ou perdessem o mastro, obrigando-os a ancorar numa praia desconhecida, provavelmente seriam mortos como invasores e teriam seus bens confiscados pelos moradores locais, em nada preocupados em ser gentis e encorajar futuras visitas.

Em muitos aspectos, o comércio tradicional era diferente de nossos métodos modernos de adquirir bens, ou seja, compras pagas com dinheiro. Por exemplo, hoje seria impensável que um cliente comprasse um carro novo e saísse sem pagar nada ou sem assinar um contrato, cabendo ao vendedor simplesmente confiar que, em algum momento futuro, o cliente decidiria lhe dar um presente de igual valor. Mas esse surpreendente *modus operandi* é comum nas sociedades tradicionais. No entanto, alguns aspectos do comércio tradicional seriam familiares para os compradores modernos, especialmente a alta proporção de nossas compras de produtos que são apenas símbolos de status funcionalmente inúteis ou desnecessariamente caros, como joias e roupas de grife. Assim, começemos com o exame daquilo que os forasteiros de uma sociedade tradicional, logo após o primeiro contato, podem ter achado estranho em nossa economia monetária de mercado. Alguns montanhesees guineenses que acabavam de ser contatados foram levados de avião até as cidades litorâneas da Nova Guiné para uma experiência de choque cultural. O que teriam pensado quando aprenderam como opera nossa economia de mercado?